

# **Instrumentalidade, reflexividade e orientação do conhecimento na génese e consolidação da sociologia portuguesa.**

Um breve comentário a propósito de «For public sociology»  
de Michael Burawoy

Virgílio Borges Pereira  
E-mail: jpereira@letras.up.pt

Em «For public sociology»<sup>1</sup>, ao relevar a importância do destino e do destinatário na génese do conhecimento sociológico («conhecimento para quem?»; «conhecimento para quê?»<sup>2</sup>), Michael Burawoy estabelece algumas das condições necessárias para a compreensão do momento actual da sociologia norte-americana e alarga o conhecimento disponível sobre os vários processos que se têm revelado subjacentes à sua configuração. A este propósito destaca, em particular e em face das condições da produção dos saberes sociológicos nos Estados Unidos da América, a urgência, para a sociologia e para a sociedade, da promoção da *sociologia pública* e a capacidade que esta revela e poderá revelar no trabalho de emancipação da sociedade civil.

Não obstante as especificidades, desde logo sublinhadas pelo autor, do processo de constituição da sociologia norte-americana e o que parece ser a configuração particular da divisão do trabalho sociológico nos Estados Unidos, as coordenadas fornecidas pela sua análise podem ser mobilizadas heurísticamente para a compreensão da génese, dos processos de reprodução e de transformação de outros campos sociológicos nacionais. Embora a configuração histórica da sociologia portuguesa seja necessariamente muito diferente da americana, é um exercício analítico produtivo procurar ensaiar, tomando por referência as questões colocadas por Burawoy (ou seja, conhecimento para quem? conhecimento para quê?), a compreensão da emergência e consolidação da sociologia em Portugal.

Não obstante o carácter difícil e tardio da sua génese, a ainda hoje jovem sociologia portuguesa possui uma configuração, no mínimo, relativamente original no modo como combina as propriedades constitutivas do saber sociológico. Neste breve comentário procuraremos, por isso, identificar as relações mais pertinentes para a compreensão da referida configuração e, simultaneamente, destacar, à luz das

---

<sup>1</sup> Michael Burawoy, «For public sociology», *American sociological review*, 70, 2005, pp. 4-28.

<sup>2</sup> Michael Burawoy, «For public sociology», *Op. cit.*, p. 11.

proposições avançadas em «For public sociology», alguns elementos introdutórios para a respectiva historização.

A difícil, complexa e tardia génese da sociologia portuguesa está antes de mais relacionada com a gama diversificada de problemas inerentes à estruturação do respectivo posicionamento académico nas universidades portuguesas, dizendo, nessa medida, respeito à formação do que Burawoy classifica como *Professional sociology*, ou sociologia *académica*.

O golpe militar de 28 de Maio de 1926 e a subsequente institucionalização do *Estado Novo*, com a publicação da respectiva Constituição em 1933, consumaram a existência de um regime político ditatorial que durou no país até 1974. Ainda que a violência tenha sido uma marca relevante do regime desde a sua origem até ao seu fim, as primeiras décadas de vigência do mesmo foram marcadas por uma profunda repressão de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Esta repressão conheceu um horizonte preciso de concretização junto dos posicionamentos mais fragilizados do espaço social, especificamente, no operariado rural e industrial. Contudo, a repressão não deixou de se revelar actuante noutros pontos bem alternativos do referido espaço. Ao abrigo de uma ideologia e de uma prática políticas com uma forte componente ruralista e, durante largo tempo, temerosa e contraditória face à industrialização, o Estado Novo salazarista exerceu a sua acção repressiva bem no interior do campo académico e cultural e foi, a este propósito, particularmente actuante no sistema de ensino e na universidade<sup>3</sup>. Com efeito, o questionamento do real e, em especial, do real social esteve constantemente sob o forte escrutínio do regime e, sempre que a interrogação ousava persistir, o regime reprimia. Uma tal repressão atingiu professores dos mais variados ramos do saber, da literatura à música, da matemática à medicina e materializou-se na vigilância sistemática da leccionação ou no puro e simples impedimento de ensinar. Em situações limite, um tal impedimento estender-se-á a instituições inteiras, tal como se verificou, no final dos anos 1920, com o encerramento da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. À sociologia, disciplina que o ditador considerava perigosamente parecida com «socialismo» e que na realidade «nunca soube bem o que era»<sup>4</sup>, estava reservada uma tolerância mínima, sempre que praticada, ainda que sem relevante

---

<sup>3</sup> Cf., entre vários trabalhos sobre a matéria, Fernando Rosas, *História de Portugal, direcção de José Mattoso: o Estado Novo (1926-1974)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

<sup>4</sup> Sobre este assunto, ver Adérito Sedas Nunes, «Histórias, uma história e a História - sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal», *Análise social*, 100, 1988, p. 37.

reconhecimento institucional formal, de acordo com os temas não fracturantes próximos da escola de Le Play e que tem no livro que Paul Descamps dedica a Portugal um dos seus mais expressivos exemplos<sup>5</sup>, ou a repressão e a pura proibição, sempre que se perspectivava de modo diverso e, em particular, quando procurava questionar o real para não legitimar o estabelecido.

Num tal quadro de acção política, o reduzido espaço institucional que a sociologia conquistara no campo intelectual e académico (em cursos de direito e de ciências), aproveitando, fundamentalmente, as polémicas em torno do positivismo e do socialismo de Proudhon correlativas do triunfo da república ocorrido a 5 de Outubro de 1910, viu-se progressivamente extinto. Deve, no entanto, registar-se que esta «Sociologia» desenvolvida no ocaso da monarquia e no quadro da primeira república era, sobretudo e ainda, um projecto ideológico, mais motivado pela polémica e procurando «mais a mudança do que a cientificidade, revelando-se alheia às questões epistemológicas e metodológicas»<sup>6</sup>. A década de trinta, os anos da Segunda Guerra Mundial e do imediato pós-guerra foram, por isso e do ponto de vista do fragilizado campo universitário nacional, tempos de uma negação do social ou, pelo menos, de produção de um seu retrato exclusivamente informado pelos critérios dominantes da doutrina corporativa, a ideologia oficial do regime.

Assim, enquanto em vários países do mundo, em particular nos Estados Unidos da América, as ciências sociais e a sociologia conheciam ao longo de todo este período um processo que acentuaria a sua progressiva afirmação institucional e académica, em Portugal, a modernização das ciências sociais, tal como outros domínios da sociedade, conheceria uma margem de afirmação não muito alargada. Se em domínios como a etnologia ou a geografia, investigadores como Jorge Dias ou Orlando Ribeiro conseguiram, em condições não muito fáceis, estabelecer coordenadas de investigação renovadas e com algum suporte institucional, capitalizando, frequentemente, esforços individuais e colectivos com origem em momentos anteriores ao fim da república<sup>7</sup>, já no que diz respeito à sociologia, e na expressão de

---

<sup>5</sup> Paul Descamps - *Portugal: la vie sociale actuelle*, Paris, Firmin-Didot, 1935. Para uma reflexão mais aprofundada sobre esta questão, ver a análise de Fernando Medeiros, «Grupos domésticos e habitat rural no Norte de Portugal - o contributo da escola de Le Play, 1908-34», *Análise social*, 95, 1987.

<sup>6</sup> Cf. António Teixeira Fernandes, «O conhecimento científico-social em Portugal», *Sociologia, problemas e práticas*, 20, 1996, p. 14. Sobre estas questões, ver também Vítor de Sá, *Esboço histórico das ciências sociais em Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978; Manuel Braga da Cruz, *Para a história da sociologia académica em Portugal*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1983.

<sup>7</sup> Ver, entre a vasta obra de cada um dos autores, Jorge Dias, *Rio de Onor, comunitarismo agro-pastoril*, Lisboa, Presença, 1984 [1953]; Orlando Ribeiro, *Portugal, o mediterrâneo e o atlântico: esboço de relações geográficas*, Lisboa, Sá da Costa, 1991 [1945].

José Madureira Pinto, o «interregno»<sup>8</sup> foi e será dominante. Admitindo, tal como demonstra Burawoy, que sem o potenciar da sociologia *académica* não há lugar para a autonomização da sociologia enquanto campo activo de saberes<sup>9</sup>, compreendemos claramente as incidências do Estado Novo na formação da sociologia portuguesa e, por esta via, as razões do início desta breve análise com o retrato de uma ausência imposta.

Será necessário esperar pelo final dos anos 1950 e pela acção, a partir de uma pequena oportunidade institucional admitida pelo regime político, para se começar a esboçar a possibilidade de um pensamento sociológico mais sistemático e para se perspectivar a pertinência de uma prática sociológica concreta. Sem nomear explicitamente a disciplina de referência, Adérito Sedas Nunes, economista de formação e o mais relevante protagonista deste «novo fôlego»<sup>10</sup> no esforço sedado no Estado de institucionalização moderna da sociologia em Portugal, reúne, a propósito da criação de uma revista - a *Análise Social* -, um pequeno grupo de investigadores com origens académicas diferenciadas e com uma comum formação católica<sup>11</sup>. Ainda que na origem deste esforço estivessem também e ainda preocupações com origem doutrinária<sup>12</sup>, as contradições sociais no país e o seu desenvolvimento social e económico tiveram, assim, a possibilidade de se verem discutidos a partir de pontos de vista progressivamente mais próximos de uma problemática construída cientificamente. Num país pouco habituado à discussão pública dos seus problemas e do respectivo modelo de desenvolvimento, a *Análise Social* não só materializava, dentro, é certo, de fortes condicionalismos políticos, um espaço de debate orientadamente público como associava a si a pertinência de um olhar sociológico sobre a realidade social<sup>13</sup>.

---

<sup>8</sup> José Madureira Pinto, «Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da sociologia em Portugal», *Sociologia, problemas e práticas*, 46, 2004, p. 12.

<sup>9</sup> Michael Burawoy, «For public Sociology», *Op. cit.*, p. 10.

<sup>10</sup> A expressão é também de José Madureira Pinto, «Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da sociologia em Portugal», *Op. cit.*, p. 15.

<sup>11</sup> Sobre o papel dos intelectuais católicos na afirmação da possibilidade de uma leitura científica da realidade social, ver também, para além do texto já citado de Adérito Sedas Nunes e da bibliografia referenciada sobre a génese da sociologia no país, Adelino Gomes, «A JUC, o Jornal Encontro e os primeiros inquéritos à juventude universitária: contributos para a história das modernas ciências sociais em Portugal», *Sociologia, problemas e práticas*, 49, 2005, pp. 95-115; Nuno Estêvão Ferreira, *A sociologia em Portugal: da igreja à universidade*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

<sup>12</sup> É esta uma das constatações fundamentais do trabalho de António Teixeira Fernandes, «O conhecimento científico-social em Portugal», *Op. cit.*, p. 16.

<sup>13</sup> Ver Adérito Sedas Nunes, «Histórias, uma história e a História - sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal», *Op. cit.*, p. 20; p. 26.

No início da década de 1970 e depois de um conjunto de crises sociais e académicas que obrigariam o regime a reordenar as estruturas universitárias e os conteúdos curriculares dos respectivos cursos, em particular em Lisboa, o grupo de investigadores reunido em torno da *Análise Social* e do *Gabinete de Investigações Sociais* que a dinamizava seria chamado a accionar no ensino, a partir das influências do racionalismo crítico de Adérito Sedas Nunes, tal como teorizado em *Questões preliminares sobre as ciências sociais*<sup>14</sup>, de um trabalho de debate intenso em torno das propostas de Bourdieu, Chamboredon e Passeron, de Blalock, de Boudon e Lazarsfeld ou de Althusser<sup>15</sup>, uma parte relevante do esforço de aprofundamento de conhecimentos disciplinares e de reconversão académica que, entretanto, tinha efectuado e, nessa medida, desempenharia um importante papel na progressiva institucionalização da sociologia portuguesa. Ainda que este processo só venha a desenvolver-se plenamente com a introdução da democracia decorrente da revolução de Abril de 1974<sup>16</sup>, e também por isso (e com a progressiva perda das dimensões mais doutrinárias), a conjugação da acção deste grupo de investigadores com a de outros que, aproveitando a democracia, assumem profissionalmente uma condição de investigador científico até então negada pelo regime e/ou regressam ao país tendo, entretanto, obtido formação especializada no estrangeiro, revelou-se decisiva na implementação de estruturas académicas capazes de promover o ensino da sociologia e a construção do conhecimento sociológico em Portugal. Logo em 1974 é criado no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em Lisboa, o primeiro curso superior público de primeiro ciclo em sociologia, num movimento que se viria a repetir ao longo dos anos seguintes nas maiores universidades do país e que se tornaria mais denso e complexo à medida que novos ciclos superiores foram consagrados, que foram fundados centros de investigação científica na área e que novas revistas e espaços de divulgação emergiram.

---

<sup>14</sup> Adérito Sedas Nunes, *Questões preliminares sobre as ciências sociais*, Lisboa, Presença, 1973.

<sup>15</sup> O debate em torno da obra dos autores citados é visível na maioria dos trabalhos então emergentes na sociologia portuguesa, a eles se referindo, entre outros, José Madureira Pinto em «Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da sociologia em Portugal», *Op. cit.*. Dos autores citados e na fase em questão, ver em especial: Pierre Bourdieu; J.C. Passeron; J.C. Chamboredon, *Le Métier de sociologue*, Paris, Mouton, 1973 [1968]; Pierre Bourdieu, *Esboço de uma teoria da prática, precedido de três estudos de etnologia Cabila*, Oeiras, Celta, 2002 [1972]; Hubert Blalock, *Methodology in social research*, London, McGraw-Hill, 1971 [1968]; Raymond Boudon; Paul Lazarsfeld, *Le Vocabulaire des sciences sociales: concepts et indices*, Paris, Mouton, 1971; Louis Althusser, *Lire le capital*, Paris, François Maspero, 1973-1975.

<sup>16</sup> Ver João Ferreira de Almeida, “Ciências sociais”, in José Mariano Gago (Coord.), *Ciência em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1991, pp. 73-81; José Manuel Resende; Maria Manuel Vieira, “A sociologia e o ensino superior em Portugal”, *Cadernos de ciências sociais*, 12/13, 1993, pp. 53-79.

A “consolidação”<sup>17</sup> dos saberes sociológicos e do respectivo campo de acção na universidade portuguesa construiu-se, desde então e de um ponto de vista *instrumental*<sup>18</sup>, no âmbito de uma procura alargada de referenciais epistemológicos e teóricos. Dos marxismos aos estruturalismos passando pelas influências marcantes de Durkheim e de Weber e pelas diversas tradições fenomenológicas e interaccionistas, foi possível à jovem sociologia portuguesa em formação, e sob a influência do, já citado, Sedas Nunes, mas também de historiadores com vincadas preocupações sociológicas que deixaram especial marca na construção da epistemologia das ciências sociais em Portugal, como Vitorino Magalhães Godinho<sup>19</sup> e Armando Castro<sup>20</sup>, encontrar em tais domínios condições para uma produção densa e informada de questões geradoras de novos conhecimentos.

Ao longo deste percurso estabilizaram-se, inevitavelmente, algumas divergências significativas que asseguraram divisões relevantes na produção do trabalho sociológico. Contudo, as divergências que assim se estruturaram e cuja discussão pormenorizada ultrapassa os limites da presente abordagem, permitem, não obstante, perspectivar num tal movimento algumas propriedades comuns que valerá a pena salientar para efeitos de ilustração analítica.

Uma dessas propriedades passa, seguramente, pelo relevo atribuído pelos sociólogos portugueses ao trabalho de clarificação teórica e conceptual e, por essa via, a importância atribuída a um diálogo sistemático com as grandes correntes analíticas afirmadas, ou em afirmação, no estrangeiro e com os autores de referência na disciplina<sup>21</sup>. Fruto provável da necessidade de operar reconversões e recontextualizações de olhares científicos por parte daqueles que mais directamente protagonizaram a consolidação do campo sociológico na universidade portuguesa, um tal relevo materializou-se na incorporação disciplinar de uma prática analítica de tipo *reflexivo* e, especificamente, na consolidação de uma recorrente dimensão *crítica*, no sentido que lhe é conferido por Burawoy enquanto «consciência» da sociologia académica<sup>22</sup>. Com efeito, em vários dos livros que terão desempenhado um

---

<sup>17</sup> Ver José Madureira Pinto, «Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da sociologia em Portugal», *Op. cit.*, p. 17.

<sup>18</sup> Na acepção que lhe é dada por Michael Burawoy, “For public sociology”, *Op. cit.*, p. 11.

<sup>19</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *As ciências humanas: ensino superior e investigação científica em Portugal*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências Sociais e Humanas, 1981.

<sup>20</sup> Ver, entre a vasta obra do autor, Armando de Castro, *Teoria do conhecimento científico*, Porto, Limiar, 1975; *Conhecer o conhecimento*, Lisboa, Caminho, 1989.

<sup>21</sup> Sobre este assunto, ver António Teixeira Fernandes, «O conhecimento científico-social em Portugal», *Op. cit.*, p. 22.

<sup>22</sup> Michael Burawoy, «For public sociology», *Op. cit.*, p. 7.

papel relevante na formação de várias gerações de sociólogos portugueses<sup>23</sup> somos confrontados com uma formulação ampla do espaço dos possíveis teóricos e metodológicos próprios a cada corrente analítica e, num tal movimento, convidados a resistir ao impacto das perspectivas positivistas, criando, simultaneamente, condições para construir alternativas às crises pós-modernas que marcariam a sociologia e as ciências sociais ao longo das duas últimas décadas do século XX<sup>24</sup>.

Por outro lado, como seria de esperar, o desenvolvimento do questionamento e do raciocínio sociológicos tomou a realidade social portuguesa como referência empírica de eleição urgente, em virtude, desde logo, da grande ausência de conhecimento científico-social disponível a seu propósito. Neste sentido, o conhecimento produzido teve, e continua a ter, uma necessária e sistemática componente empírica (sem se ter ainda rendido ao empirismo), com regularidade alicerçada num trabalho metodológico e técnico versátil (por isso, potencialmente isento de *monomanias metodológicas*<sup>25</sup>). Livros como *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos*<sup>26</sup> e *Classes sociais nos campos*<sup>27</sup> serão exemplos relevantes dessa necessidade de conhecimento e desse esforço de aprofundamento do trabalho teórico em torno do conhecimento sobre a configuração material e simbólica do espaço social rural de matriz camponesa em transformação nos finais da década de 1970 e sobre as classes e as relações de classe neste, assim como casos de operacionalização plural de diferentes e complementares perspectivas metodológicas e técnicas de análise sociológica. No seguimento de tais propostas, as articulações entre teoria, método sociológico e realidade social portuguesa têm, por seu turno, encontrado terreno de concretização alargada num conjunto importante de investigações onde, sem dúvida, se afirmam e persistem as preocupações com o

---

<sup>23</sup> Ver, por exemplo, João Ferreira de Almeida; José Madureira Pinto, *A investigação nas ciências sociais*, Lisboa, Editorial Presença/Martins Fontes, 1975; António Teixeira Fernandes, *O conhecimento sociológico: a espiral teórica*, Porto, Brasília Editora, 1983; Manuel Braga da Cruz (org.), *Teorias sociológicas, os fundadores e os clássicos (antologia de textos)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989; José Madureira Pinto, *Propostas para o ensino das ciências sociais*, Porto, Afrontamento, 1994; António Firmino da Costa, *Sociologia: o que é?*, Coimbra, Quimera, 2001; Marinús Pires de Lima, *Inquérito sociológico: problemas de metodologia*, Lisboa, Presença, 1987 [1968]; Augusto Santos Silva; José Madureira Pinto (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais*, Porto, Afrontamento, 1986.

<sup>24</sup> Um tal acto de resistência não ocorreu, contudo, sem controvérsias. Para um retrato de algumas destas, assim como de algumas tomadas de posição, ver José Madureira Pinto, «Ciência e progresso: convicções de um sociólogo», *Cadernos de ciências sociais*, 21/22, 2001, pp. 33-69.

<sup>25</sup> Sobre a fundamentação teórica das afirmações aqui em causa, ver Pierre Bourdieu, «Introdução a uma sociologia reflexiva», *O Poder simbólico*, Lisboa, Difel, 1989, pp. 17-58.

<sup>26</sup> José Madureira Pinto, *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos. Elementos de teoria e de pesquisa empírica*, Porto, Afrontamento, 1985. O trabalho em causa, concluído em 1981, constituiu a primeira tese de doutoramento em sociologia apresentada a uma universidade portuguesa.

<sup>27</sup> João Ferreira de Almeida, *Classes sociais nos campos: camponeses parciais numa região do noroeste*, Lisboa, ICS, 1986.

aprofundamento e transformações da ruralidade<sup>28</sup>, mas onde encontramos também a interrogação, aos mais variados níveis e por gerações sucessivas de novos sociólogos, das contradições dos processos de industrialização do país<sup>29</sup> e das modalidades, frequentemente paradoxais, de construção social e cultural das inserções e vivências em contexto urbano<sup>30</sup>.

A especificidade dos temas destas investigações não pode, por sua vez, deixar de ser directamente associada à dimensão *reflexiva* do conhecimento sociológico produzido no país e, por essa via, à pertinência destes temas no âmbito de debates mais vastos sobre as transformações profundas sofridas pela sociedade portuguesa ao longo dos últimos quarenta anos. Com modalidades diferentes de produção, os estudos citados e vários outros, realizados sobretudo ao longo das duas últimas décadas, dão uma indicação sobre como foi possível estabilizar procedimentos na produção do olhar sociológico e acumular um conhecimento sociológico específico sobre a sociedade portuguesa. A este propósito, é importante reconhecer que o movimento traçado contribuiu não só para tornar o ofício de sociólogo mais informado sobre o leque de opções teóricas e metodológicas produzidas na disciplina, mas também promoveu um ganho assinalável na redução da opacidade de muitos dos elementos mais activos na (re)produção das estruturas sociais do país, permitindo a criação de condições para um conhecimento da realidade social orientadamente não essencialista.

Alguns trabalhos, como por exemplo aqueles que mais directamente têm contribuído para diagnosticar o carácter semiperiférico do modelo de desenvolvimento social e económico do país<sup>31</sup>, ou os que resultaram, ao longo dos anos 1990, de vários esforços exaustivos de trabalho sociológico colectivo de

---

<sup>28</sup> Ver a propósito Augusto Santos Silva, *Tempos cruzados: um estudo interpretativo da cultura popular*, Porto, Afrontamento, 1994; Pedro Hespanha, *Com os pés na terra: práticas fundiárias da população rural portuguesa*, Porto, Afrontamento, 1994; Manuela Ribeiro, *Estratégias de reprodução socioeconómica das unidades familiares camponesas, em regiões de alta montanha*, Lisboa, FCG/FCT, 1997; Manuel Carlos Silva, *Resistir e adaptar-se: constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto, Afrontamento, 1998; Karin Wall, *Famílias no campo: passado e presente em duas freguesias do Baixo Minho*, Lisboa, D. Quixote, 1998.

<sup>29</sup> Sobre modalidades alternativas de concretização do processo de industrialização no país, ver, a partir de pontos de vista sociológicos diferenciados, Ana Nunes de Almeida, *A fábrica e a família: famílias operárias no Barreiro*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 1993; Elísio Estanque, *Entre a fábrica e a comunidade, subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado*, Porto, Afrontamento, 2000.

<sup>30</sup> Ver, nomeadamente, António Firmino da Costa, *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural*, Oeiras, Celta, 1999; Fernando Luís Machado, *Contrastes e continuidades: migração, etnicidade e integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta, 2002. Cf., igualmente, José Machado Pais, *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*, Porto, Ambar, 2001.

<sup>31</sup> Ver, especificamente, Boaventura de Sousa Santos, *Estado e sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Afrontamento, 1990.



caracterização dos aspectos *inacabados* da modernidade portuguesa<sup>32</sup>, tiveram a capacidade de se situar num plano de articulação de conhecimentos sociológicos *instrumentais* e *reflexivos*, contribuindo, por essa via, e nos termos de Burawoy, para a afirmação de uma orientação *pública* na sociologia portuguesa.

Para além de ter vindo a permitir retirar a «questão do país» dos planos de discussão ideológica que a marcaram, pelo menos, ao longo de mais de um século<sup>33</sup>, esta conjugação de agendas de investigação e de agendas públicas, que não é, por isso, alheia às transformações ocorridas no campo político e, na sequência destas, no campo jornalístico, terá contribuído ainda para uma outra propriedade relevante da sociologia portuguesa contemporânea: a que diz respeito à estreita conjugação entre produção da sociologia como ciência e produção da sociologia enquanto *profissão* - dotando-a, por isso, de um espaço específico de reconhecimento da sua existência no mundo do trabalho. Resultado directo de uma preocupação antiga dos protagonistas da consolidação do campo sociológico nas universidades portuguesas, a articulação entre ciência e profissão materializou-se plenamente à medida que os sociólogos se constituíram, nomeadamente a partir dos finais dos anos 1980, como grupo profissional e é visível na configuração da matriz original da acção da principal associação de sociólogos do país.

Fundada, em 1985, essencialmente por sociólogos académicos, a *Associação Portuguesa de Sociologia* (APS), com os seus mais de dois mil associados, tem sido um espaço de afirmação, através das temáticas dos seus congressos e encontros, ou do código deontológico que redigiu, de uma relação intensa, ainda que nem sempre linear, entre desenvolvimento da ciência e desenvolvimento da sociologia como profissão, no quadro do que tem sido qualificado como próprio de uma “cultura de associação”<sup>34</sup>. Esta conjugação, visível na diversidade de experiências profissionais e na reflexão crítica acerca das mesmas<sup>35</sup>, permite perspectivar algumas propriedades

---

<sup>32</sup> Ver, por exemplo, Boaventura Sousa Santos (Org.), *Portugal: um retrato singular*, Porto, Afrontamento, 1993; António Barreto (Org.), *A situação social em Portugal 1960-1996*, Lisboa, ICS, 1996; José Manuel Leite Viegas; António Firmino da Costa (Orgs.), *Portugal: que modernidade?*, Oeiras, Celta, 1998.

<sup>33</sup> Sobre esta última temática, ver, por exemplo, José Mattoso, *A identidade nacional*, Lisboa, Gradiva, 1998, ou ainda Manuel Villaverde Cabral, «Portugal e a Europa: diferenças e semelhanças», *Análise social*, 118-119, 1992, pp. 943-954.

<sup>34</sup> Ver António Firmino da Costa, «Cultura profissional dos sociólogos», *Sociologia, problemas e práticas*, 5, 1988, pp. 118-121. Sobre esta questão, ver também, Fernando Luís Machado, «O ensino da sociologia: entre a ciência e a profissão», *Cadernos de ciências sociais*, 12/13, 1993, pp. 81-105 e «Profissionalização dos sociólogos em Portugal - contextos, recomposições e implicações», *Sociologia, problemas e práticas*, 20, 1996, pp. 43-103.

<sup>35</sup> Sobre as experiências profissionais na sociologia portuguesa, cf. Isabel Valente; Fernando Luís Machado; António Firmino da Costa, *Experiências e papéis profissionais de sociólogos*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1995; Helena Carreiras; Fátima Freitas, Isabel Valente, *Profissão sociólogo*, Oeiras, APS e Celta Editora, 1999. Para um enquadramento reflexivo em torno desta questão,

relevantes do quadrante que mais tem vindo a contribuir para reformular a configuração do campo sociológico português na actualidade e que, tomando por referência a proposta de Burawoy, nos remete para a *sociologia das políticas*<sup>36</sup>, em particular, das *políticas públicas*. Herdeira, entre vários processos, da necessidade de implementar processos sistemáticos, e cientificamente informados, de intervenção na realidade social decorrentes da afirmação (limitada mas, ainda assim, relevante) do Estado Social no país e do impacto das transformações induzidas pela entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, a preocupação sociológica com as *políticas públicas* será a mais recente e, não obstante, uma das mais decisivas dimensões da afirmação consolidada, ao longo das duas últimas décadas, do campo sociológico português na universidade e, sobretudo, fora desta. No quadro de propósitos instrumentais e, por isso, em articulação com a sociologia académica, mas ao serviço de perspectivas diversas, com um amplo relevo para a acção do Estado central e local, tem vindo a ser possível produzir propostas variadas de respostas para conjuntos alargados de problemas que não só contribuíram para a materialização de políticas mas que contemplaram também a transformação dos sociólogos em agentes de desenvolvimento<sup>37</sup>. Ainda que em muitos casos se possa afirmar que existe uma distância entre o leque de opções científicas disponíveis e as propostas implementadas e que, nessa medida, a consolidação, defendida por Burawoy, do sociólogo como *partisan*<sup>38</sup> possa não ter condições efectivas para se materializar plenamente, sendo no país mais do domínio do *projecto* do que da realidade, há, sem dúvida, domínios em que o contributo sociológico para o alargamento do espaço dos possíveis em matéria de políticas públicas se revelou efectivo. A propósito de problemas persistentes no país, como por exemplo, o da desigualdade socioeconómica e da pobreza, tem sido possível não só operacionalizar um conhecimento económico detalhado de tais processos mas também documentar exaustivamente as suas dimensões sociais e simbólicas e, num tal âmbito, alertar informadamente, ainda que sem um regular sucesso político imediato, para a pertinência e especial acuidade de políticas estatais sustentadas e diferenciadas no

---

ver igualmente António Firmino da Costa, «Será a sociologia profissionalizável?» in Carlos Gonçalves; Eduardo Rodrigues; Natália Azevedo (Coordenadores), *Sociologia no ensino superior: conteúdos, práticas pedagógicas e investigação*, Porto, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 35-58.

<sup>36</sup> Michael Burawoy, «For public sociology», *Op. cit.*, p. 9, p. 12.

<sup>37</sup> Manuel Villaverde Cabral, «Desenvolvimento, sociologia do desenvolvimento e desenvolvimento da sociologia», in *Estruturas sociais e desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, vol. I, Lisboa, Fragmentos e APS, 1993; Augusto Santos Silva, «A contribuição da sociologia para programas de desenvolvimento», in *Op. cit.*.

<sup>38</sup> Michael Burawoy, «For public sociology», *Op. cit.*, p. 24.

seu combate<sup>39</sup>. De igual modo, e a propósito, por exemplo, das opções em matéria de política cultural estatal (central e local) tem vindo a ser possível estabelecer dispositivos de análise institucional que promovem a objectivação de domínios da acção social regularmente resistentes a um tal desígnio e, nessa medida, interrogar opções e conhecer detalhadamente as dinâmicas da relação entre o campo cultural e os seus públicos<sup>40</sup>. De resto, se há domínio hoje em dia claramente desenvolvido na sociologia portuguesa é, precisamente, o da sociologia dos públicos, algo que tem permitido tornar mais precisas tanto as questões produzidas no âmbito do conhecimento sociológico com maior orientação pública como aquelas que resultam do respectivo esforço no domínio das políticas, assim se permitindo que o conhecimento acumulado neste último domínio contribua igualmente para a sociologia pública<sup>41</sup>.

Assim e em síntese, à luz de uma proposta analítica como a de Michael Burawoy, estas serão algumas das propriedades gerais mais relevantes da configuração dos saberes sociológicos estruturada na curta história da sociologia em Portugal. Entre a afirmação da possibilidade de uma sociologia académica, em meados dos anos 1970, e a autonomização de esferas de acção concretas no interior do campo dos saberes sociológicos, a partir sobretudo de meados dos anos 1990, um longo caminho foi seguido. No decurso de um tal processo, pode afirmar-se, em termos gerais, que a matriz *reflexiva* e, nessa medida, *pública* e *crítica*, terá estado presente na génese

---

<sup>39</sup> Manuela Silva et al., *Pobreza urbana em Portugal*, Lisboa, Caritas, 1989; António Teixeira Fernandes, «Formas e mecanismos de exclusão social», *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 1, 1991, pp. 9-66; João Ferreira de Almeida et al., *Exclusão Social. Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1992; Alfredo Bruto da Costa, *Exclusões sociais*, Lisboa, Gradiva, 1998; Pedro Hespanha; Graça Carapinheiro (orgs.); *Risco social e incerteza: pode o Estado Social recuar mais?*, Porto, Afrontamento, 2002; Luís Capucha, *Desafios da pobreza*, Oeiras, Celta, 2006.

<sup>40</sup> A este propósito e no quadro de um intenso diálogo com trabalhos como aqueles que foram desenvolvidos sobre a matéria por Pierre Bourdieu ou por Olivier Donnat, ver Idalina Conde (coord.), *Percepção Estética e Públicos da Cultura*, Lisboa, ACARTE/Fundação Calouste Gulbenkian, 1992, ou ainda, entre um vasto conjunto de trabalhos, Maria de Lourdes Lima dos Santos (coord.), *Políticas culturais em Portugal*, Lisboa, OAC, 1998; João Teixeira Lopes, *A cidade e a cultura: um estudo sobre práticas culturais urbanas*, Porto, Afrontamento, 2000; Carlos Fortuna; Augusto Santos Silva (Orgs.), *Projecto e circunstância: culturas urbanas em Portugal*, Porto, Afrontamento, 2002. Para uma abordagem que combina heurísticamente perspectivas instrumentais e reflexivas sobre a matéria em apreço, ver também Rui Telmo Gomes (Coordenação), *Públicos da cultura*, Lisboa, OAC, 2004.

<sup>41</sup> Um exemplo de uma tal conjugação encontra-se, do lado da sociologia das políticas públicas, em António Firmino da Costa; Patrícia Ávila; Sandra Mateus, *Públicos da Ciência em Portugal*, Lisboa, Gradiva, 2002. As contrapartidas em termos de sociologia pública podem encontrar-se em António Firmino da Costa; Cristina Palma Conceição; Inês Pereira; Pedro Abrantes; Maria do Carmo Gomes, *Cultura científica e movimento social: contributos para a análise do Programa Ciência Viva*, Oeiras, Celta, 2005. Para um retrato alargado das proposições sociológicas em matéria de análise da relação entre conhecimento, acção estatal e sociedade, ver também, Juan Mozzicafreddo, *Estado-Providência e cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta, 1997; Manuel Villaverde Cabral, *Cidadania política e equidade social*, Oeiras, Celta, 1997; António Teixeira Fernandes, *Monotonia democrática e diluição das regulações sociais*, Porto, Afrontamento, 2006; Augusto Santos Silva, *A sociologia e o debate público: estudos sobre a relação entre conhecer e agir*, Porto, Afrontamento, 2006.

académica da sociologia portuguesa. Uma tal importância e, inclusive, o seu papel preponderante na configuração do respectivo campo profissional permitiu, por isso, a materialização de uma combinação de saberes e perspectivas relativamente original. Contudo, tal não significa que os riscos de desenvolvimento unilateral e não comunicativo das diferentes áreas do saber e do saber-fazer não tenham existido e que não existam. Não obstante a dinamização pública e crítica da sociologia académica portuguesa, os tempos mais próximos serão, seguramente, ocasião para um questionamento profundo às dinâmicas construídas da ciência e da profissão, quer em resultado das mudanças em curso nas universidades, quer devido às relações a construir entre estas e as dinâmicas dos campos económico, político e profissional, com todas as interrogações que, desde logo, assim se colocam em torno da autonomia do campo científico. Restará saber se aquela que tem sido uma articulação densa e, para todos os efeitos, heurística entre instrumentalidade e reflexividade na produção do campo e na definição dos habitus profissionais dos sociólogos portugueses tem condições de persistir, de se ampliar e aprofundar, ou se os riscos de uma essencialização dos saberes, num movimento que poderia ter algo em comum com a própria história do campo nos Estados Unidos, se actualizarão persistentemente, consumando um movimento de *patologização*<sup>42</sup>. Assim, a actualização permanente da dimensão pública da sociologia, ainda que possa não ser, por si só, suficiente para responder cabalmente aos desafios do tempo presente, poderá, no entanto, contribuir, a partir do interior do campo sociológico, para evitar riscos e minorizar alguns dos efeitos destes últimos.

Porto, 15/11/2007

---

<sup>42</sup> Michael Burawoy, «For public sociology», *Op. cit.*, pp. 16-17.